

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado

(Dos Srs. Nilto Tatto e Sarney Filho)

Requer a realização audiência pública para debater a fusão dos Ministérios do meio Ambiente com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, em especial do artigo 255 do RICD, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para debater a fusão dos Ministérios do meio Ambiente com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Para tanto solicito que sejam convidadas as seguintes organizações de classe: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA, Observatório do Clima, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, Confederação Nacional da Indústria-CNI, Sr. Blairo Maggi Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Justificação

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade se demonstrando um ministério extremamente estratégico para a preservação e o desenvolvimento do nosso país.

As políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluem programas voltados para a recuperação, conservação e sustentabilidade em variadas áreas ambientais. Entre os destaques, está o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis em todo o território nacional, com o objetivo de promover a recuperação de ecossistemas nos moldes da nova Lei Florestal. Para as unidades de conservação, há o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e o Bolsa Verde, que concede incentivos financeiros para famílias promoverem ações de conservação reservas extrativistas, florestas nacionais e assentamentos. Os recursos hídricos têm como

destaque o programa Água Doce, que promove a construção sustentável de poços e, assim, fornece água potável para comunidades de baixa renda no semiárido brasileiro. Além disso, o MMA desenvolve programas ligados ao combate à desertificação, à educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, segurança química, acesso ao patrimônio genética e ao zoneamento ecológico econômico. Observa-se que fazem parte desta estrutura os seguintes órgãos:

- Agencia nacional de Águas, ANA;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO);
- Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ);
- Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Como podemos notar, a estrutura do MMA, somado ao fato de que o Brasil possuía a maior biodiversidade do planeta e compromissos advindos de acordos internacionais de mudanças climáticas, banimento de mercúrio, banimento de poluentes orgânicos persistentes, controle de poluição por veículos e fontes fixas, não cabe em um outro Ministério, sendo sua autonomia fundamental para dar conta dos desafios aqui relatados.

Assim, convido os nobres patres a apoiar este requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, 01 de novembro de 2018.

Nilto Tatto PT/SP

Deputado Federal

Sarney Filho

Deputado Federal PV/MA